

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.021, DE 2017

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudante, para facultar o estágio no período de um ano imediatamente posterior à conclusão do curso para estudantes de período integral

Autor: Deputado ALEX MANENTE

Relatora: Deputada MARIA ROSAS

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Alex Manente, visa alterar a Lei do Estágio, para facultar o estágio no período de um ano imediatamente posterior à conclusão do curso para estudantes de período integral.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em 16 de outubro de 2019, a Douta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), aprovou a proposição na forma de seu substitutivo, que prevê que o estágio será possível apenas se o contrato houver sido celebrado antes da conclusão do curso, respeitando o limite do art. 11 (dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência).

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposta é meritória, na medida em que dá mais flexibilidade para que o educando que frequenta curso em jornada integral possa planejar sua trajetória escolar e preparação profissional com a realização do estágio após concluído o curso.

Desta forma, é facilitada a vida do educando no período de transição entre sua vida escolar e profissional permitindo que, como quer o nobre autor, receba “a orientação e supervisão de profissionais experientes, bem como “a experiência exigida para ingressar no mercado de trabalho”.

A demanda nasceu de professores preocupados em qualificar os estágios com a necessária orientação.

A manifestação da CTASP é favorável à proposição e acrescenta aspecto próprio da área de sua competência, sem interferir no que é mais relevante para a educação. Assim, não vemos necessidade de levantar qualquer óbice – o que retiraria o efeito conclusivo e levaria a matéria ao Plenário.

Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.021, de 2017, nos termos dos Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora